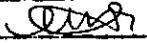




MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 24 / 03 / 1997
C	
	Rubrica

Processo : **13603.000706/95-69**

Sessão : 25 de abril de 1996

Acórdão : **203-02.638**

Recurso : **98.449**

Recorrente : SUPERMERCADO SUPER LUNNA LTDA.

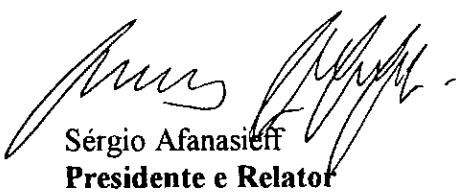
Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

IPI - PENALIDADE - A falta de comunicação das irregularidades na emissão de notas fiscais na aquisição de produtos tributados pelo IPI no prazo e na forma do § 3º, do art. 173, sujeitará o contribuinte-comprador à multa básica do inciso II, do art. 364, imposta ao contribuinte-vendedor, autorizada pelo comando do art. 368, todos do RIPI/82. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: SUPERMERCADO SUPER LUNNA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1996



Sérgio Afanasyeff
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Ricardo Leite Rodrigues, Tiberany Ferraz dos Santos, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Sebastião Borges Taquary e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

FCLB/CF-VAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13603.000706/95-69
Acórdão : 203-02.638
Recurso : 98.449
Recorrente : SUPERMERCADO SUPER LUNNA LTDA.

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos, adoto e transcrevo o relatório da Decisão Recorrida de fls. 36/37:

“Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01, com a exigência do crédito tributário no valor de 11.834,23 UFIR a título de multa regulamentar pela não observância do previsto no parágrafo terceiro e “caput” do art. 173 do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82.

Ressalte-se que a presente ação fiscal é decorrente de auto de infração formalizado através do processo nº 13603.000531/94-36 (fls. 06/09) contra a Beloçúcar Indústria e Comércio Ltda, CGC nº 26.234.328/0001-66, por não ter a mesma procedido ao lançamento de imposto nas Notas Fiscais quanto deu saída, no período de janeiro de 1992 à agosto de 1993, a açúcar cristal de cana reacondicionado tributado à alíquota de dezoito por cento (Lei nº 8.393/91, Decreto nº 420/92 e art. 3º da Lei 4.502/64).

Analizando os documentos de fls. 10 e 34 verifica-se que como não foi cumprida nem impugnada a referida exigência a autoridade preparadora declarou a revelia. Dpois de esgotado o prazo de cobrança amigável, o processo foi encaminhado à autoridade competente para promover a cobrança executiva (art. 21 do Decreto nº 70.235/72 com alterações introduzidas pela Lei nº 8.748/93).

Conforme descrição dos fatos de fls. 02, a empresa Supermercados Super-Luna Ltda, CGC nº 25.792.151/0001-50, adquiriu produtos da empresa Beloçúcar Indústria e Comércio Ltda, CGC nº 26.234.328/0001-66, através das Notas Fiscais relacionadas no demonstrativo de fls. 04, sem o devido lançamento de imposto sujeitando-se às mesmas penalidades cominadas à empresa remetente pela falta de comunicação da irregularidade observada.

Assim, a autoridade fiscal apontou o descumprimento do disposto no artigo 173, que a sujeitou à multa básica prevista no art. 364, inciso II, conforme determina o art. 368, todos do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82.



Processo : 13603.000706/95-69
Acórdão : 203-02.638

Inconformada com a presente exigência fiscal, a autuada apresentou, tempestivamente, a peça impugnatória de fls. 15/19 com as alegações abaixo sintetizadas.

Discorda da ação fiscal sustentando a tese que trata-se de uma obrigação do estabelecimento fornecedor a quem compete o recolhimento e não ao adquirente. Dessa forma, entende que a exigência do crédito tributário nos moldes aplicados é inconstitucional. Transcreve trechos da decisão prolatada no processo nº 13603.000234/95-71 de interesse da empresa Cerealista Freire e Aguiar Ltda. sobre a matéria com o objetivo de sustentar o instrumento jurídico de que quer se socorrer.

Protesta, ainda, contra o percentual aplicado a título de multa explicando que tal índice deve guardar um certo limite, vez que é vedado à União utilizar tributos com efeito de confisco (art. 150, inciso IV da CF/88).

Finalmente, questiona o ato unilateral de inscrição do débito como dívida ativa da União, inclusive com referência à taxa decorrente, lembrando que nenhum ilícito foi cometido citando o entendimento de um autor acerca dessa questão.

Do exposto, requer seja anulada a ação fiscal."

A decisão *a quo* considerou procedente a ação fiscal e foi assim ementada:

"OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - PENALIDADES

Cabe a aplicação de penalidade ao estabelecimento adquirente que recebeu produto sem o devido lançamento do imposto e não comunicou a irregularidade observada ao industrial remetente. (art. 82 da Lei nº 4.502/64)."

Irresignada, a requerente interpôs Recurso de fls. 44/48, insurgindo-se contra a decisão recorrida, e faz analogia a outro processo, com matéria idêntica à presente e, no qual, a mesma autoridade julgadora determinou a improcedência da ação fiscal (fls. 44/46).

Contestou a cobrança de 100% do valor da multa que considera inconstitucional, bem como a cobrança da taxa de inscrição da dívida.

Solicitou a reforma da decisão recorrida.

É o relatório.



Processo : 13603.000706/95-69
Acórdão : 203-02.638

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SÉRGIO AFANASIEFF

O recurso voluntário é tempestivo e dele conheço.

A recorrente discorre sobre o fato de que a autoridade julgadora de primeira instância, em caso idêntico, considerou improcedente a ação fiscal.

A respeito de tal situação, é de se lembrar que as decisões se atêm aos feitos e aos autos, cabendo ao julgador decidir com base nos fatos, aplicando de modo correto a legislação vigente.

A legislação obriga o contribuinte a cumprir as obrigações tributárias desde que iniciou sua atividade, e se ele não o fez, foi por conta e risco particulares e pessoais. O ilícito cometido - como perguntou - foi o fato de não ter cumprido o que determina a lei tributária.

Quanto à discussão sobre o percentual da multa aplicada e a constitucionalidade do lançamento, repito o que foi dito na decisão recorrida:

"Igualmente não cabe razão à impugnante protestar contra o percentual aplicado a título de multa. As multas de ofício ou multas penais são penalidades da legislação tributária decorrente de infração a dispositivo legal detectada pela administração em exercício de regular ação fiscalizadora. Ao contrário de seu entendimento houve a constatação fiscal de que o estabelecimento comercial da reclamante recebeu o produto sem o devido lançamento do imposto e não comunicou a irregularidade observada ao industrial remetente, conforme determina a legislação de regência. Logo, como a suplicante descumpriu o disposto no art. 173 está sujeita à multa básica prevista no art. 364, inciso II de acordo com o art. 368, todos do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82.

Finalmente, quanto ao questionamento sobre a constitucionalidade do lançamento esclarecemos que a discussão sobre a matéria é afeta apenas ao Poder Judiciário e inoponível na esfera administrativa por ultrapassar os limites de sua competência, de acordo com a orientação emanada pelo Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13603.000706/95-69

Acórdão : 203-02.638

Normativo CST 329/70. Ademais, a decisão citada que reforça o entendimento da reclamante restringe-se tão somente ao fato nela descrito e às partes nele integrantes."

Estas são as razões por que nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sérgio Afanásieff".

SÉRGIO AFANASIEFF